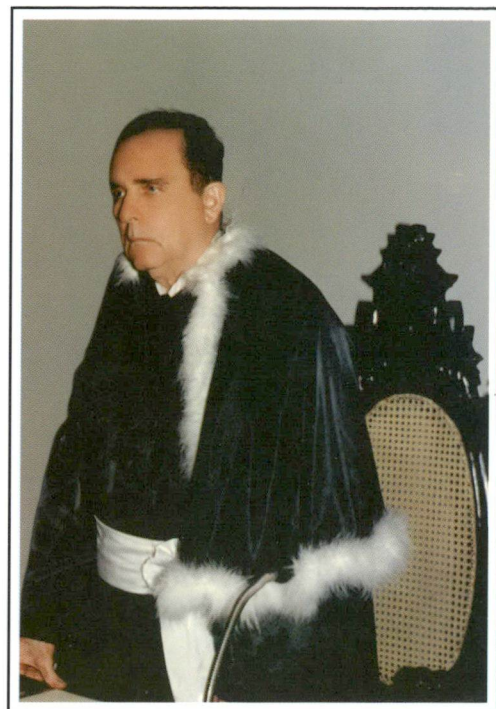




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Desembargador
WILSON
DE JESUS
MARQUES
DA SILVA

Homenagem Póstuma



SÉRIE
PERFIL DOS
MAGISTRADOS
DO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO
PARÁ

Belém, 2011

16

Desembargador WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA
Homenagem Póstuma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Desembargador WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA
Homenagem Póstuma

Série Perfil dos Magistrados
do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; 16

Belém
2011

Copyright © 2011 Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Avenida Almirante Barroso, 3089 – Souza
CEP 66.613-710 – Belém – Pará

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida desde que citada a fonte.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

PRESIDENTE

Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

VICE-PRESIDENTE

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA

CORREGEDORA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Desembargadora ELIANA RITA DAHER ABUFAIAD

CORREGEDORA DO INTERIOR

Desembargadora MARIA RITA LIMA XAVIER

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA, BIBLIOTECA E REVISTA

Desembargadora VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA

SECRETÁRIA GERAL DE GESTÃO

TERESA LUSIA MÁRTIRES C. CATIVO ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

FRANCISCO DE OLIVEIRA CAMPOS FILHO

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

KÁTIA MELLO DE MORAES REGO

CHEFE DE DIVISÃO DA BIBLIOTECA

CLÁUDIA CILENE ROCHA COELHO DOS SANTOS

EQUIPE DE PESQUISA

JOSETTE LASSANCE MAYA – Historiadora

ELAINE CRISTINA FERNANDES RIBEIRO – Bibliotecária

Diagramação e Projeto Gráfico:

Alex Sandro Junior de Oliveira

Impressão: Triunfal Gráfica e Editora

P221d Pará. Tribunal de Justiça

Desembargador Wilson de Jesus Marques da Silva: homenagem póstuma

(1930 - 2007) / Tribunal de Justiça do Estado do Pará. – Belém, 2011.

82p. – (Série Perfil dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; 16)

1.Desembargadores-Pará-Biografia .2. Silva, Wilson de Jesus Marques da.

I. Título. II. Série.

CDD: 920

AGRADECIMENTOS

Akira Nagai – Ex-aluno do Ginásio Estadual Moderno de Tomé-Açu
Carlos Antônio Gomes Tavares – Arquivista do Colégio Paes de Carvalho
Clarissa Torres R. Ferreira – Chefe do Cadastro de Magistrados do TJE-PA
Cláudio José Quemel – Servidor do TJE-PA
Domingos Alves Bahia – Servidor do TJE-PA
Eduardo Amaral Martins – Chefe do Arquivo do Instituto de Ciências Jurídicas
Elanir Fernandes – Bibliotecária da Biblioteca Municipal de Tomé-Açu
Eliana Cortês – Juíza do TJE-PA.
Emanuel Jorge O’ de Almeida – Servidor do TJ-PA
Eneida do Espírito Santo M. Chermont – Servidora aposentada do TRE-PA
Iêda Maria dos Santos Pinto – Servidora aposentada do TRE-PA
Iolanda da Costa Freire – Coordenadoria de Pessoal do TRE-PA
Jacira Rabelo - Juíza aposentada do TJE-PA
Jadson Roberto Quemel Júnior – Diretor da Escola Estadual Antonio Brasil
Joan de Castro Alves - Tenente-Coronel da Aeronáutica
Luis C. do Amaral Maués – Coordenadoria Militar do TJE-PA
Luiz Alberto Paiva – Divisão de Acórdãos do TJE-PA
Maria do Socorro Teles Maciel – Diretora do Colégio Paes de Carvalho
Maria Rita de Nazaré – Secretária do Colégio do Carmo
Maricleide Costa Gonçalves – Diretora Pedagógica do Colégio do Carmo
Paulo Roberto Ferreira Vieira – Presidente da AMEPA
Roberto César Alves Silva – Coordenadoria de pessoal do TRE-PA
Rosane Maria Cordeiro Gaby – Servidora do TJE-PA
Rosiane Garcia - Coordenadora das Bibliotecas do Município de Tomé-Açu
Sidney Rodrigues – Servidor do Museu do Judiciário
Telma Fernandes – Bibliotecária do TRE-PA

“Ensino que a vida jamais deveria ser modificada ou esmagada devido à promessa de outro tipo de vida futura. O imortal é esta vida, este momento”.

Friedrich Nietzsche

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1 - Registro Civil	18
Fig.2 - Parte da prova de Direito Penal para o cargo de Juiz de Direito da 1º Entrância (1)	36
Fig.3 - Parte da prova de Direito Penal para o cargo de Juiz de Direito da 1º Entrância (2)	37
Fig. 4 - Decreto de nomeação para o cargo de Desembargador do TJE-PA..	39
Foto 1 - A família do Des. Wilson reunida: em pé à esquerda sua mãe Clarisse Marques, ao centro com bebê no colo sua avó materna Joaquina Rosa Marques e à frente sentado à esquerda, ainda criança, Wilson de Jesus Marques da Silva.....	19
Foto 2 - Des. Wilson de Jesus com sua tia-avó Maria Emília e seus pais João Gomes da Silva e Clarisse Marques da Silva.....	20
Foto 3 - Reunião no Hilton Hotel em Belém/PA, da 1ª Turma de ex-alunos e professores do Ginásio Estadual Moderno de Tomé-Açu	23
Foto 4 - Residência do Desembargador, recebendo amigos após a reunião no Hilton Hotel.....	24
Foto 5 - Biblioteca Pública Municipal de Tomé-Açu Des. Wilson Marques da Silva.....	25
Foto 6 - Entrada da Escola E. M. E. F. Des. Wilson de Jesus M. da Silva.....	25
Foto 7 - Auditório Des. Wilson de Jesus Marques da Silva.....	27
Foto 8 - O jovem aluno Wilson de Jesus Marques da Silva quando ingressou na Faculdade de Direito.....	30
Foto 9 - Faculdade de Direito do Pará - Atual OAB-PA.....	30

Foto 10 - Cerimônia de posse dos novos Desembargadores: Humberto de Castro, José Alberto Soares Maia e Wilson de Jesus Marques da Silva..... 51

Foto 11 - Assinatura do termo de posse como vice-presidente do TJE-PA... 66

Foto 12 - O vice- presidente cumprimentando a presidente Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos..... 67

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 13

1 BIOGRAFIA..... 17

2 FORMAÇÃO ACADÊMICA..... 29

3 VIDA PROFISSIONAL..... 33

4 DEPOIMENTOS..... 69

REFERÊNCIAS..... 81

APRESENTAÇÃO

A série “Perfil” significa, sobretudo, a eternização do reconhecimento do Poder Judiciário e da própria sociedade à preciosa contribuição de renomados magistrados que perlustraram com suas inteligências a Justiça do Estado do Pará, inscrevendo seus nomes às ações e decisões sobre os direitos e deveres em que repousam os fundamentos da cidadania. Personalizando as homenagens, o Tribunal de Justiça cumpre principalmente o dever de proporcionar à posteridade a oportunidade de aquilatar a importância que cada magistrado tem representado no respectivo tempo, projetando-a para as sucessivas gerações.

A edição que ora me cabe apresentar atende plenamente a esses preceitos, a exemplo das edições anteriores, igualmente homenageando membros da magistratura, como agora fazemos em relação ao saudoso Desembargador Wilson de Jesus Marques da Silva. O eminente magistrado emprestou a todos nós o brilho e o valor de sua cultura jurídica, compondo uma biografia e os registros de vida, trajetória e funções judicantes que exerceu, através das quais se inscreveu na centenária história de relevantes serviços à nossa terra, por isso se credenciando como um dos mais respeitados e admirados magistrados paraenses.

Conheci o Desembargador Wilson de Jesus Marques da Silva e sou testemunha de suas qualidades pessoais, honrando a toga que lhe adornou os ombros por quase duas décadas, através de pronunciamentos, despachos e julgamentos, contribuindo destacadamente para a dignidade da magistratura paraense. Por tudo quanto representou para a Justiça de nosso Estado, merece ter sua memória reverenciada pelos superiores valores humanos que cultivou e

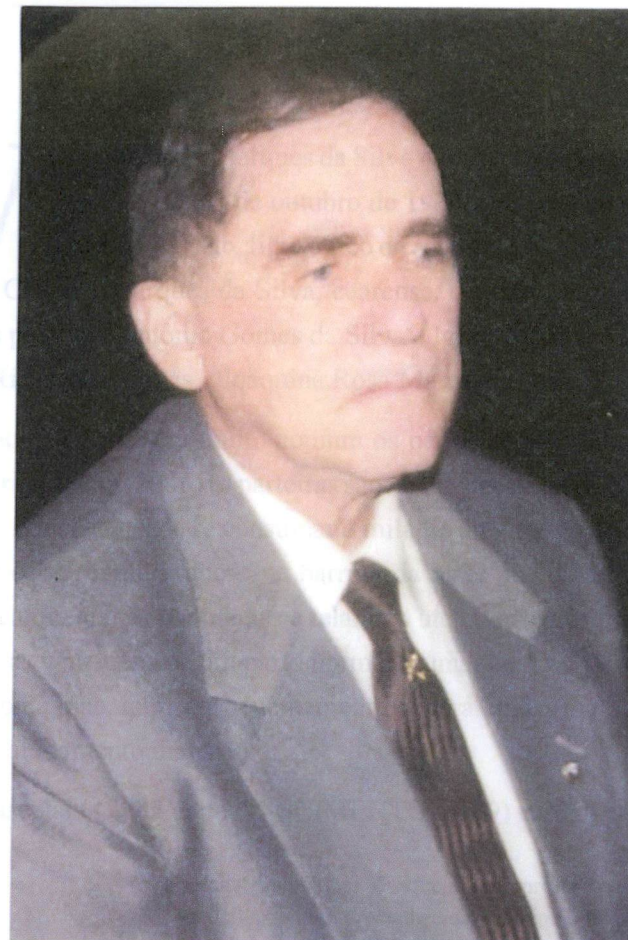
se constituíram presença permanente na forma como se relacionava com seus pares e com quantos tivessem a oportunidade e, mesmo, o privilégio de com ele privar.

Pesquisadores, cultores e operadores do direito e militantes da Justiça terão, assim, em mais esta publicação da série “Perfil” um repertório de informações sobre as passagens que formatam a vivência de magistrados que têm no Desembargador Wilson Marques um de seus expoentes. São razões que já justificaram imortalizar o nome de Sua Excelência em outras homenagens à competência e aos exemplos que assinalaram as atividades que desempenhou como julgador, dentre elas gravando o seu nome na denominação de um dos auditórios do Fórum Criminal da capital.

DESEMBARGADOR RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Desembargador WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA



1 BIOGRAFIA

Wilson de Jesus Marques da Silva nasceu em Belém do Pará, às três horas do dia 03 de outubro de 1930, na casa de letra “E” da Rua Antônio Barreto, filho único de João Gomes da Silva, funcionário estadual e Clarisse Marques da Silva, cearense, de prendas domésticas, tendo como avós paternos Antônio Gomes da Silva e Ignez Monteiro da Silva e avós maternos Ricardo Marques e Joaquina Rosa Marques.

Naquela época era muito comum os partos serem realizados em casa. Segundo Tricia Lima (2006) as parteiras são chamadas de comadres, madrinhas, mãezinhas. Pouco antes de se consumir o milagre da vida, a parteira põe o nenê na posição certa, empurrando-o na barriga da mãe, que é banhada com água morna para aumentar as contrações e relaxar o útero. As parteiras são unânimes em afirmar as vantagens de um parto normal, humanizado, e destacam a rápida recuperação da mãe, que conseqüentemente poderá cuidar melhor da criança e melhorar o aleitamento materno.

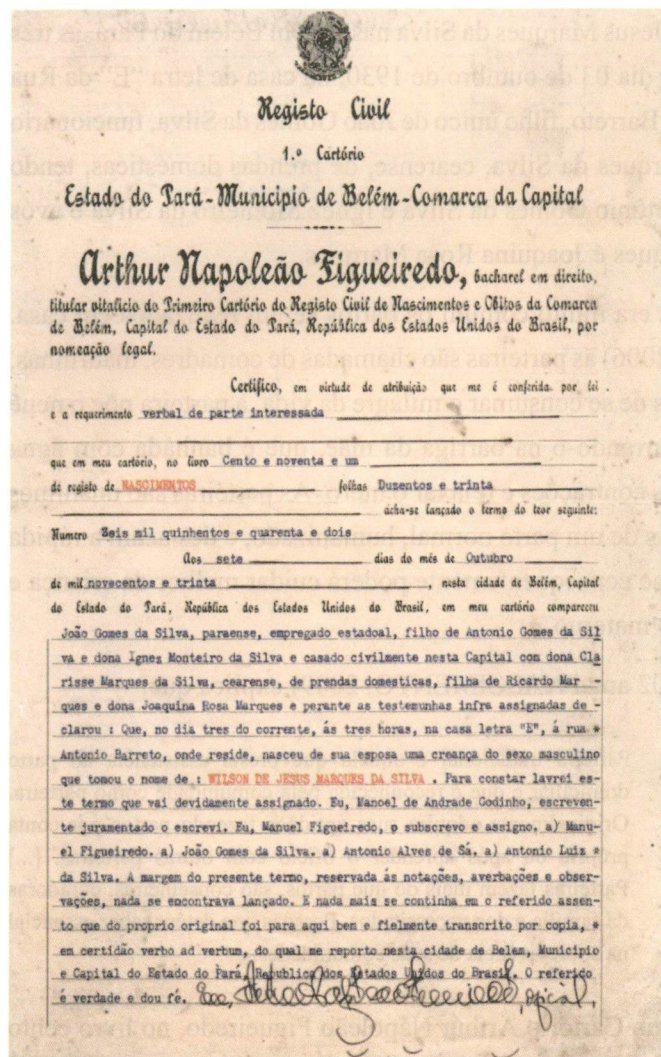
Mascelani (2002 apud NASCIMENTO, 2009) explica que:

Parteira tradicional é aquela que presta assistência ao parto domiciliar e que é reconhecida pela comunidade como parteira. Originalmente adquire suas aptidões fazendo partos por conta própria ou após aprender o ofício com outras parteiras. [...] Parteiras fazem mais do que partos, são conselheiras, curadoras da família e dos necessitados. Pessoas que detêm saber essencial na sobrevivência de suas comunidades.

Foi registrado no Cartório Arthur Napoleão Figueiredo, no livro cento e noventa e um de registro de nascimento, às folhas duzentos e trinta, termo de

número seis mil quinhentos e quarenta e dois, aos sete dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta.

Fig. 1 – Registro Civil.



FONTE: Arquivo do Instituto de Ciências Jurídicas.

A primeira casa de moradia foi onde nasceu, na Antônio Barreto, depois se mudou para a Rua Mundurucus, nº 648. Segundo Domingos Alves Bahia, seu “filho de criação”¹, “Ele morou num casarão antigo na Mundurucus, perto da Pça. Batista Campos, não lembro o número, mas também residiu no Conjunto Costa e Silva, no Bloco 1, nº 60, ap. C., e na Brás de Aguiar, esquina com Benjamim Constant; habitou também num apartamento na Tv. Humaitá”.

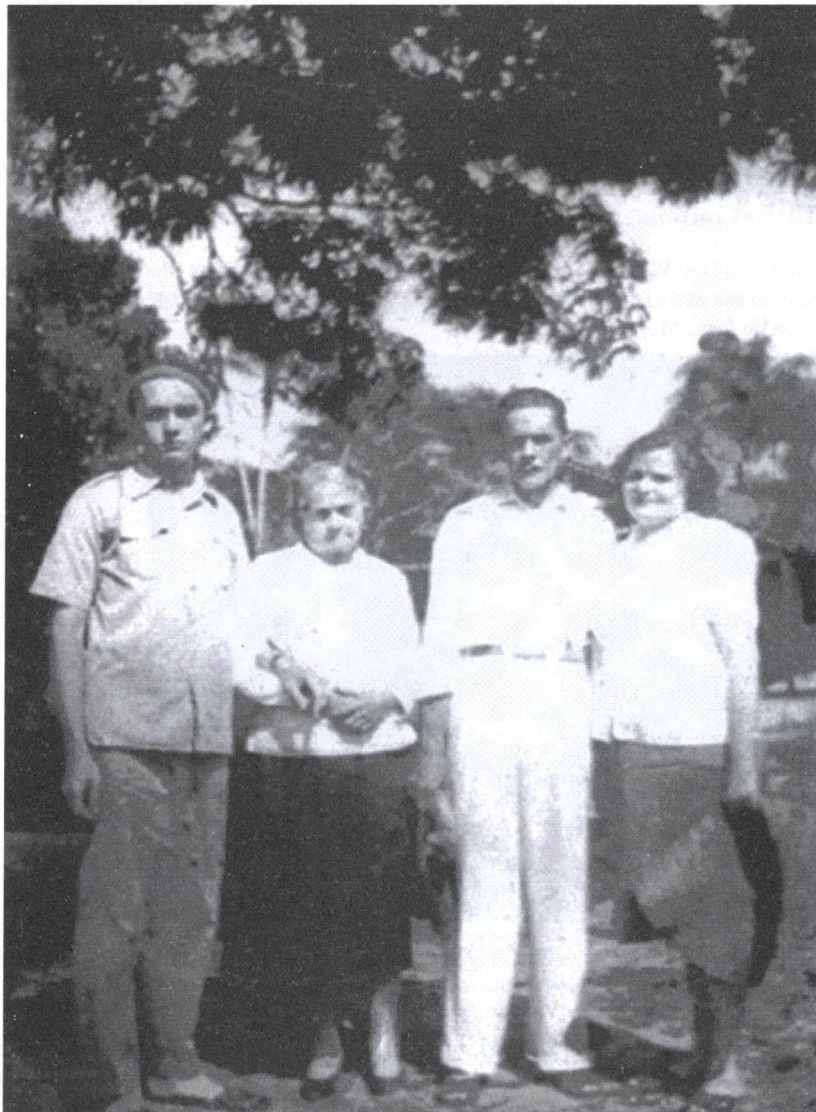
Foto 1 - A família do Des. Wilson reunida: em pé à esquerda sua mãe Clarisse Marques, ao centro com bebê no colo sua avó materna Joaquina Rosa Marques e à frente sentado à esquerda, ainda criança, Wilson de Jesus Marques da Silva.



FONTE: Arquivo da Sra. Iêda Maria dos Santos Pinto.

1 Segundo Lourival de J. Serejo Sousa (2005) a figura do filho de criação sempre esteve presente em nossa cultura e em nossas famílias. O termo “criação” desponta aqui como afeição, adoção, aceitação, sustento e guarda. Pode ser um parente distante ou o filho da empregada de confiança, ou um órfão, o filho da comadre, de um amigo pobre, de qualquer origem, enfim. Basta que se faça a opção de criar e ele será ungido com os cuidados de um filho. Em relação aos filhos de criação é coerente afirmar-se que se trata de um parentesco socioafetivo, devendo esta ideia de afetividade abrigar-se na expressão “outra origem” do art. 1.593, do Código Civil.

Foto 2 – Des. Wilson de Jesus com sua tia-avó Maria Emília e seus pais João Gomes da Silva e Clarisse Marques da Silva.



FONTE: Arquivo da Sra. Iêda Maria dos Santos Pinto.

Domingos relata que sua infância foi feliz, “*Ele não falava muito de sua infância, entretanto, dava para perceber que foi feliz, apenas se resumia às vezes em comentar que foi boa, mas que sua mãe era rigorosa quanto aos estudos do filho.*”

Dr. Wilson foi Diretor do Colégio Brasil e Juiz de Tomé Açú; quando o conheci tinha apenas 10 anos de idade. Ele lecionou diversas disciplinas como: Português, Francês, História Geral, História do Brasil, OSPB, Educação Moral e Cívica, Educação Física; por haver escassez de professores no interior naquela época. Então os juizes supriam essa necessidade. Era um homem muito estudioso, para mim ele foi um excelente pai de criação, me formei no científico em administração de empresas, ele me ajudou demais nos estudos.

Gostava também de andar de lambreta, era tão apaixonado por elas que chegou a possuir seis, mas havia duas que eram suas preferidas e as outras ele emprestava para os amigos. Eu frequentava a casa dele. Costumávamos brincar de um jogo de baralho chamado “sueca”, onde também realizávamos grandes torneios de dominó nos finais de semana; além de organizar grupos de pessoas em caminhadas para o igarapé. Ele gostava muito de morar no interior pela qualidade de vida ao ar livre. Um de seus hobbies também era dançar, enfim, ele gostava de viver.”

No relato de sua amiga, a juíza aposentada, Dra. Jacira Rabelo, “*O Des. era um homem extremamente tranquilo, nunca levantou a voz para ninguém e quando era necessário chamar atenção de algum funcionário, tornava-se enérgico, entretanto, educado. Não havia resquícios de vaidade nele, havia delicadeza de sentimentos e um reconhecimento do trabalho dos funcionários.*

Certa vez ele enviou um ofício para o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, o Des. Nelson Amorim, elogiando o desempenho das funcionárias lotadas no Cartório da 1ª Zona eleitoral, documento este que resultou em minha promoção para a chefia da 1ª zona eleitoral. Isto foi o valor de um bom chefe: ele era justo!

Eu o conheci em 1981, após meu concurso quando fui lotada na 1ª Zona. Era um ano eleitoral, um ano difícil, face à ditadura militar², seria então o primeiro pleito após a abertura. Nessa época havia poucos funcionários e as máquinas de escrever eram defeituosas, o que ocasionava atraso no trabalho que se estendia até as noites. Em 1982 com todos os prazos que cresciam, nosso trabalho se estendia. O desembargador era o juiz da 1ª Zona eleitoral e na época também o juiz de menores. Desde o momento que passei a trabalhar com ele, passei a admirá-lo, ele era rígido e perfeccionista, contudo, respeitava profundamente os funcionários”.

O Des. Wilson, no período em que morou em Tomé-Açu por ocasião em que foi trabalhar nessa cidade, tornou-se um cidadão de destaque nessa região, ou seja, além de sua atuação jurídica no município, ele estendeu sua contribuição no que concerne à educação, o que é muito bem colocado no relato do Sr. Akira Nagai: “O Desembargador, conhecedor da luta da colônia

² Movimento político-militar deflagrado em 31 de março de 1964 que se estendeu até a abertura política, em 1985. Possuía como características o autoritarismo, prisão e tortura dos opositores e censura na imprensa. Em 15 de novembro de 1982 o eleitorado brasileiro foi convocado às urnas para eleger os governadores de estado, sendo a primeira eleição direta para governador de estado desde a década de sessenta. O Governador do Pará eleito em 15/11/1982 foi Jáder Barbalho, tendo como vice-governador, Laércio Franco, pelo PMDB. Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolhe o candidato Tancredo Neves como novo presidente da República. A eleição marca o fim da ditadura militar, mas o processo de redemocratização só se completa em 1988, no governo José Sarney, com a promulgação da nova Constituição. (WIKIPÉDIA)

japonesa pela criação de cursos secundários em Tomé-Açu, ofereceu-se para tornar realidade esse sonho, reunindo para composição do corpo docente: médicos, engenheiros, dentistas, contadores e demais profissionais liberais da época. Assim, no ano de 1962, instalou o primeiro Ginásio Estadual Moderno no município (hoje, Escola Estadual “Antonio Brasil”), ocupando ele mesmo o cargo de Diretor no qual permaneceu por vários anos. Além de ter lecionado algumas disciplinas importantes para o conteúdo programático da escola”.

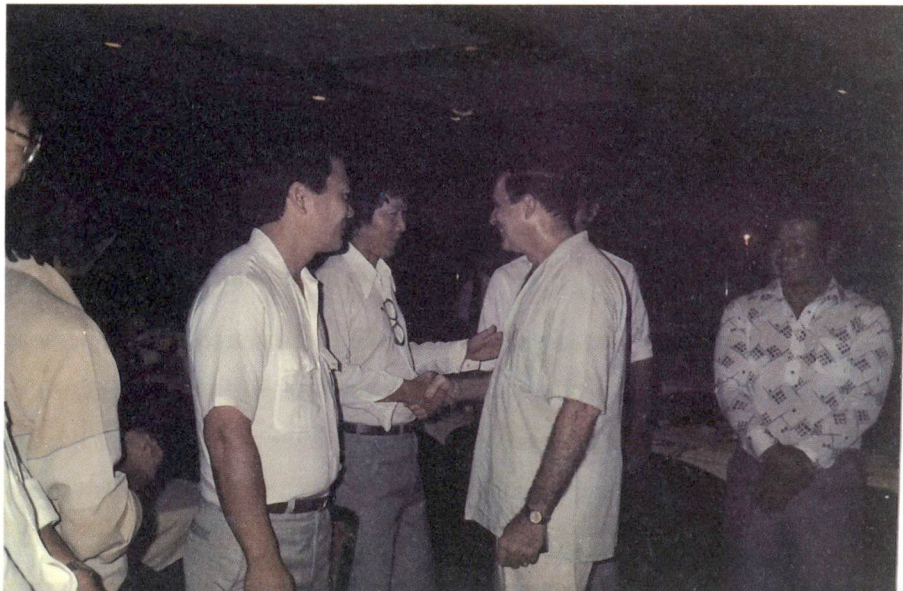
Mesmo morando em Belém, continuou a ter contato com as pessoas que conviveu no interior, o que ocasionava encontros festivos com seus ex-alunos e colegas de trabalho.

Foto 3 - Reunião no Hilton Hotel em Belém/PA, da 1ª Turma de ex-alunos e professores do Ginásio Estadual Moderno de Tomé-Açu.



FONTE: Arquivo do Sr. Akira Nagai.

Foto 4 - Residência do Desembargador, recebendo amigos após a reunião no Hilton Hotel.



FONTE: Arquivo do Sr. Akira Nagai.

A população de Tomé-Açu, para homenageá-lo, deu seu nome a uma escola municipal de ensino fundamental e à biblioteca pública municipal.

Foto5 - Biblioteca Pública Municipal de Tomé-Açu Des. Wilson Marques da Silva.



FONTE: Antônio Wilson.

Foto 6 – Entrada da Escola E. M. E. F. Des. Wilson de Jesus M. da Silva.



FONTE: Antônio Wilson.

Wilson de Jesus Marques da Silva faleceu do coração na cidade do Rio de Janeiro, cidade que amava, no dia 08 de abril de 2007, às 13:20 h, no Hospital Adventista Silvestre. Segundo o relato da Juíza aposentada, Dra. Jacira Rabelo, *“Ele adorava a mãe, era louco e alucinado por ela, ele dizia para mim que ele já aposentado, que enquanto a mãe dele vivesse, ele viveria aqui em Belém, e o dia em que ela partisse ele iria embora para o Rio de Janeiro, e após a morte dela então ele foi embora”*.

Em 2007, a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Desembargadora Albanira Bemerguy, ao presidir a cerimônia de implantação de novas instalações do Fórum Criminal da Comarca de Belém, como parte da celebração do dia da Justiça, inaugurou também um auditório, intitulado “Desembargador Wilson de Jesus Marques da Silva” como forma de elevação de sua memória. No ensejo, o juiz Paulo Jussara Júnior, diretor do Fórum Criminal, discursou agradecendo ao Tribunal de Justiça pela homenagem ao amigo, destacando ser este magistrado da mais alta estirpe e cultura que dedicou sua vida à magistratura e que hoje compõe o “Tribunal Celeste”.

Foto 7 - Auditório Des. Wilson de Jesus Marques da Silva.



FONTE: Josette Lassance.

2 FORMAÇÃO ACADÊMICA

Cursou o ginásio no “Ginásio Progresso Paraense” de 1942 a 1946. Iniciou o científico em 1947 no “Colégio Estadual Paes de Carvalho”, entretanto, por motivos pessoais, não conseguiu concluir o curso, cancelando sua matrícula em 1949. Em 1951, pede transferência para o “Colégio Salesiano Nossa Senhora do Carmo”, onde finaliza o científico em 1953.

Inscreeveu-se no concurso de Habilitação para a Faculdade de Direito em 15 de janeiro de 1954, submetendo-se às provas escritas e orais das disciplinas Português, Francês e Latim em fevereiro do mesmo ano, sendo aprovado. Matriculou-se no 1º ano em 25 de fevereiro de 1954.

O prédio que atualmente acolhe a OAB, um casarão de esquina da Praça da Trindade, foi a primeira sede oficial da Faculdade Livre de Direito, tendo sido instalada em 31 de Março de 1902. Sendo reconhecida pelo Decreto do Governador da República e regulamentada pelos estatutos aprovados na Diretoria do Instituto Teixeira de Freitas. Nas fases iniciais, a Faculdade Livre de Direito foi mantida por verbas públicas a pedido do Governador do Estado da época, Augusto Montenegro.

Segundo o relato do professor Eidorfe Moreira (apud BECKMANN, 2002), os prédios daquele período tinham características de ostentação devido à “era da borracha”, apesar dos anos em que as faculdades foram inauguradas terem sido os de decadência econômica proveniente da crise dessa era causada pela concorrência internacional.

Foto 8 - O jovem aluno Wilson de Jesus Marques da Silva quando ingressou na Faculdade de Direito.



FONTE: Arquivo do ICJ.

Foto 9 - Faculdade de Direito do Pará - Atual OAB-PA.



FONTE: (SÁ, 2007).

Na faculdade, Wilson de Jesus cursou as cadeiras de Introdução à Ciência do Direito, Economia Política, Direito Romano, Teoria Geral do Estado, Direito Constitucional, Ciência das Finanças, Direito Civil, Direito Penal, Direito Comercial, Direito Internacional Público, Direito Judiciário Civil, Medicina Legal, Direito Judiciário Penal, Direito Internacional Privado, Direito Administrativo, Direito Judiciário Civil, Direito do Trabalho. Colou Grau de bacharel em Direito no dia 08 de dezembro de 1958.

3 VIDA PROFISSIONAL

Wilson iniciou sua carreira profissional com o serviço militar obrigatório. Foi soldado da base aérea de Belém de 18 de fevereiro de 1949 a 28 de fevereiro de 1951. O que lhe permitiu a aprendizagem de mecânica e voo de aviões.

Logo abaixo segue a ata de exames das pessoas que participaram com Wilson do mesmo processo de seleção:

XIII – ATA DE EXAME:

Transcreve-se abaixo, para os devidos fins, a seguinte Ata de Exame:

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA – PRIMEIRA ZONA AÉREA – BASE AÉREA DE BELÉM – CIA. DE INFANTARIA DE GUARDA – ATA DE EXAME – Aos 11 – 12- 13 – 14 e 15 dias de julho, a Comissão composta dos 1º Ten. I.G. - José Francisco de Araújo, 1º Ten. Av. - Hélio Rangel Mendes Carneiro e 2º Ten. I.G. (RC) _ Pedro Lavieri, nomeia Osvaldo Galvão Pereira, 49 -11-117 – Osvaldo Raimundo de Miranda, 49 - 11 - 118 – Otávio Augusto Bello Portela, 49 – 119 – Otávio Dias de Sena, 49 – 11 – 120 – Pedro Oliveira, 49 – 11- 121 – Plínio Rodrigues, 49 – 11 – 122 – Próspero Afonso Calil, 49 – 11- 123 – Raimundo Alves Nascimento, 49 – 11 – 125 – Raimundo Ferreira Guedes Júnior, 49 – 11 – 126 – Raimundo Gama Nascimento , 49 – 11- 127 – Raimundo Queiroz Bôto, 49 – 11 – 128 – Raimundo Neves Fidelis, 49 – 11 129 – Raimundo Nonato Soares, 49 – 11 – 130 – Rafael Luiz Gomes do

Nascimento, 49 – 11 – 131 – Rosires Campos de Lima, 49 – 11 – 132 – Rubem Manoel Lourenço, 49 – 11 – 133 – Rubens Oliveira, 49 – 11 – 134 – Sandoval Oliveira Janino, **49 – 11 – 135 – Wilson de Jesus Marques da Silva**, 49 – 11 – 136 – Zizomar Gomes Maia, 49 – 11 – 137 – Ariovaldo Viana Neves, 49 – 11 – 138 – Cipriano Vieira Marques, 49 – 11 – 139 – Dejalme Geraldo de Souza, 49 – 11 – 1340 – Edgar Melchiades Pereira, 49 – 11 – 1341 – Elpidio Correa Martins, 49 – 11 – 1342 – Ephrair de Menezes Parente, 49 – 11 – 1343 – Erivaldo de Jesus Araújo, 49 – 11 – 144 – Eurico Ferreira de Moura, 49 – 11 – 145 – Evaldo de Raiol Bittencourt, 49 – 11 – 146 – Hindemburgo Augusto Salgado, 49 – 11 – 147 – Ismaelino Caldas, 49 – 11 – 148 – João Ismael Nunes, 49 – 11 – 149 – José Maria dos Santos Duarte, 49 – 11 – 150 – José Rabelo da Silva, 49 – 11 – 151 – José Ribamar Soares Pampolha, 49 – 11 – 152 - Jurandir Oliveira, 49 – 11 – 153 - Landry de Souza Gomes, 49 – 11 – 154 – Lourival Pereira Pinto, 49 – 11 – 155 – Manoel Antonio Tomaz, 49 – 11 – 156 - Rosaldo de Melo Bittencourt. RETARDATÁRIOS – S2 – 49 11 -8 – Antenor Furtado dos Reis, 49 – 11 - 16 – Arlindo de Alencar Dias, 49 – 11 – 18 – Armínio Nazaré dos Santos Ponte e Souza, 49 – 11 – 23 – Carlos Alberto Jenu Cardoso, 49 – 11 – 56 – Helio de Vilar Coelho, 49 – 11 – 124 – Raimundo Brasil Favacho. - Quartel em Val de Cans, 18 de julho de 1949. (aa) – Presidente: JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO, 1º Ten. I. G., Membros: HÉLIO RANGEL MENDES CARNEIRO, 1º Ten. Av., e PEDRO LAVIÉRI, 2º Ten. I.G. (RC)”. (BOLETIM GERAL DA BASE AÉREA DE BELÉM, 1949, f.1361)

Talvez influenciado por seu pai que era escrivão no Fórum Cível em Belém é que Wilson tenha decidido iniciar sua trajetória no funcionalismo público ligado à área jurídica, onde em seu primeiro cargo foi nomeado para

exercer interinamente a função de “Escriturário apurador”, prestando serviço na Repartição Criminal de 27 de fevereiro de 1951 a 05 de março de 1959, quando foi exonerado a seu pedido, por Decreto do Exmo. Sr. Abel Nunes de Figueredo, Governador do Estado do Pará em exercício.

Posteriormente foi nomeado Pretor por Decreto Governamental , com lotação no Termo Judiciário de Acará, prestando afirmação em 06 de março de 1959 e assumindo em 08 de março de 1959. Em seguida, exerce o cargo de Pretor do interior no Termo de Tomé -Açu, assumindo em 26 de maio de 1961.

Realiza concurso público para exercer o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Tomé-Açu, sendo aprovado, prestando afirmação em 17 de janeiro de 1969 e assumindo em 20 de janeiro de 1969.

A seguir uma das provas realizadas no concurso:

Por Decreto de 28 de dezembro de 1976, Wilson de Jesus Marques da Silva foi promovido por critério de merecimento para 2º Vara Cível da Capital, assumindo a função em 28 de março de 1977.

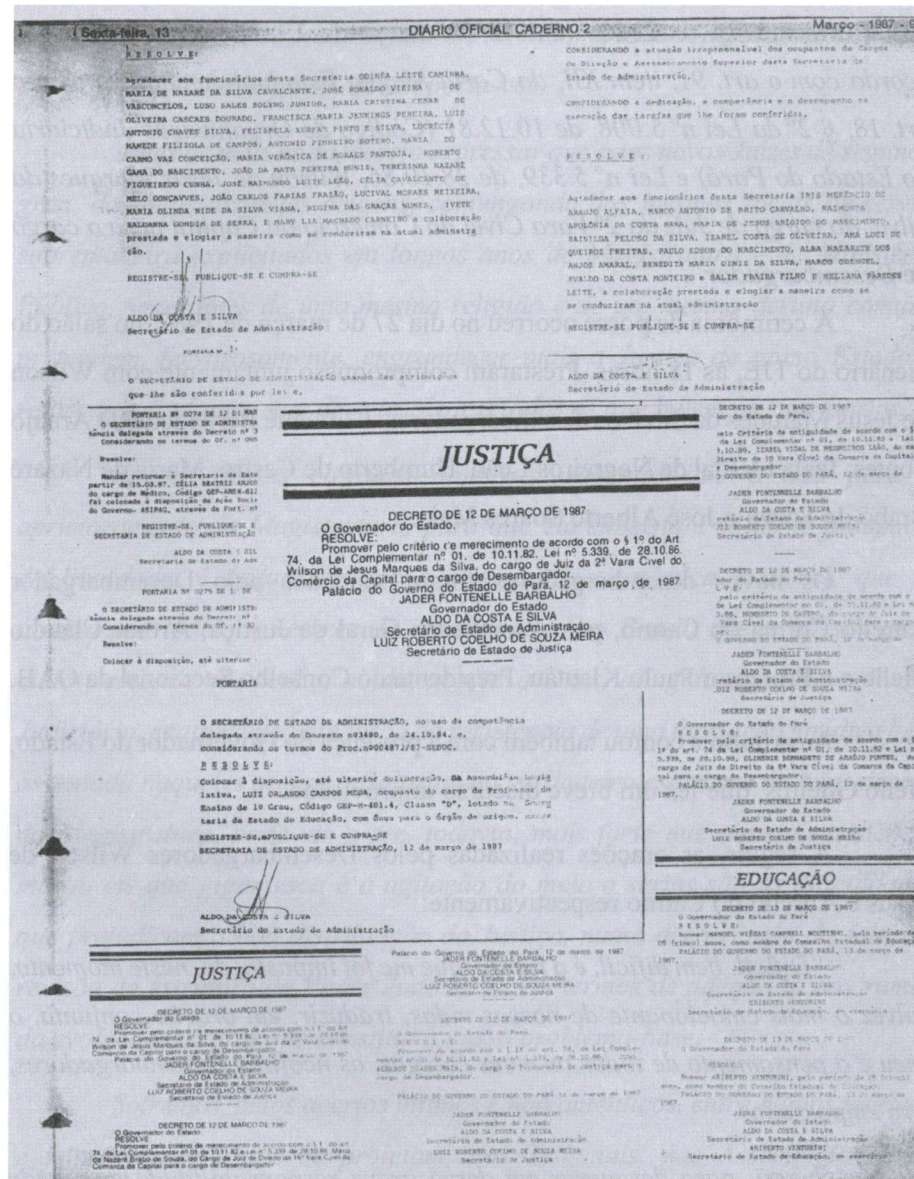
No ano de 1985, Wilson de Jesus, que exercia à época o cargo de juiz de direito da 2º Vara da Comarca da Capital, foi eleito membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Pará para o biênio de 1985 a 1987, em sessão realizada no Tribunal de Justiça do Estado no dia 21 de fevereiro de 1985, na vaga decorrente da extinção do mandato da juíza Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos. A posse no Tribunal Regional Eleitoral do Pará ocorreu em 12 de março de 1985 em sessão ordinária presidida pelo Desembargador Stéleo Bruno dos Santos Menezes.

Em 10 de outubro de 1990, Wilson de Jesus Marques da Silva é eleito novamente pelo Tribunal de Justiça do Estado, como juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, agora na classe de Desembargador, para o biênio de 1990 a 1992, na vaga aberta com o término do mandato da Desembargadora Lídia Dias Fernandes. Tomou posse no dia 16 de outubro de 1990 em sessão presidida pela Desembargadora Climeniê Bernadette de Araújo Pontes.

Nas duas oportunidades em que atuou como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Wilson de Jesus exerceu a função de Corregedor.

Por Decreto Governamental foi promovido pelo critério de merecimento da 2ª Vara Cível da Capital, para o cargo de Desembargador.

Fig. 4 - Decreto de nomeação para o cargo de Desembargador do TJE-PA.



FONTE: Diário Oficial nº 25.939 de 13 de março de 1987.

O teor do Decreto de nomeação datado de 12 de março de 1987, posteriormente foi retificado (em 18 de março de 1987) para: “*nomear de acordo com o art. 91, item XII, da Carta Magna Estadual combinado com o art. 18, § 2º da Lei nº 5.008, de 10.12.81 (Código de Organização Judiciária do Estado do Pará) e Lei nº 5.339, de 28.10.86, Wilson de Jesus Marques da Silva, do cargo de Juiz da 2ª Vara Cível do Comércio da Capital para o cargo de Desembargador*”.

A cerimônia de posse ocorreu no dia 27 de março de 1987, no salão do plenário do TJE, às 18 horas. Prestaram compromisso juntamente com Wilson de Jesus Marques da Silva os desembargadores: Climeniè Bernadette de Araújo Pontes, Izabel Vidal de Negreiros Leão, Humberto de Castro, Maria de Nazaré Brabo de Souza e José Alberto Soares Maia.

Os novos desembargadores foram saudados pelo Desembargador Aurélio Correa do Carmo, pelo Procurador Geral de Justiça, Arthur Cláudio Mello e o Professor Paulo Klautau, Presidente do Conselho Seccional da OAB.

A cerimônia contou também com a presença do Governador do Estado, Hélio Gueiros, que fez um breve discurso improvisado.

A seguir, as orações realizadas pelos Desembargadores Wilson de Jesus e Aurélio do Carmo respectivamente:

“Difícil, bem difícil, é a tarefa, que me foi imposta, de, neste momento, talvez o mais emocionante de nossas vidas, traduzir, em oração conjunta, o meu e o pensamento de todos os meus colegas, os neófitos Desembargadores, ora empossados.

Sugeri, para desonerar-me dessa grave responsabilidade, que cada um proferisse um breve e pessoal pronunciamento. Fui vencido; insistiram

nessa representação que se me afigura inautêntica porque, de repente, numa fuga natural de roteiro, estarei falando só de mim, num comportamento pouco digno, embora desculpável, de um porta-voz.

Antes de mais nada, desejo expressar que estes novos Juizes de segundo grau, das mais distantes origens, comungando dos mesmos ideais de servir, sobremaneira explicitados em longos anos de Magistratura e de Ministério Público, sacerdotes de uma mesma religião e de um mesmo destino comum, pretendem, fervorosamente, engrandecer mais a Justiça de nosso Estado e reforçar a confiança que deve inspirar a todos os que batem às suas portas.

Apesar desses elevados objetivos, sabemos que a luta para o aprimoramento da Magistratura, para que ela subsista e se torne o suporte da liberdade, é árdua eis que a crise sócio-econômica e moral, que se alastra por todos os setores da atualidade e, no Brasil, chega ao seu grau maior, embora não tenha, ainda, graças a Deus, atingido de cheio o Poder Judiciário, exatamente pela força da resistência de uma formação jurídica bem assentada naqueles que se instalaram no verdadeiro espírito e na consciência da Magistratura, pode vir a ser, todavia, mais forte que aquela resistência moral, eis que gigantesca é a agitação do meio e sérias são as dificuldades que prejudicam a boa distribuição da Justiça, numa decorrência da falta de revisão da estrutura do Poder Judiciário, em termos de adequá-lo aos rumos da evolução cultural que constitui o nosso problema-base.

Sofremos, pelos acertos íntimos e não autênticos, entre alguns teóricos e improvisadores que se projetam, nos Tribunais, nas Assembléias e no Parlamento, como líderes ou senhores do pensamento da maioria dos Juizes

brasileiros, impondo normas esdrúxulas e inadequadas, responsáveis até pela negação de direitos impostergáveis, a crise já bem alastrada da Magistratura.

De um lado, a iníqua vigência da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que, por certo, introduzida numa fase de concentração autoritária, fazendo remanescer algo daquela liberdade vigiada, que se teme contra os magistrados, veio de sacrificar o princípio da autonomia da disciplina do Poder Judiciário, submetida aos Estados, pelo regime federativo, para submetê-la ao Poder Central.

Volta-se, contra ela, a cultura jurídica e vários meios políticos da Nação, inclusive por aviltar o bom magistrado, aquele que, habituado a praticar a justiça, com bondade e coragem, estudioso e substancialmente honesto, entrosando-se com a gravidade e a magnitude dos problemas gerais de qualquer tipo, precisa ter respeitado o seu direito de liberdade, de opção e de privacidade. De outro lado, o acúmulo dos serviços forenses, decorrente, não só da inércia de maus Juizes, mas, substancialmente, da escassez de Magistrados.

Não se pode compreender que, em Belém, a nossa capital, com, praticamente, um milhão e duzentos mil habitantes, estejam, ainda, em funcionamento, apenas dezesseis Varas Cíveis e oito Varas Criminais, havendo, portanto, absurdamente, um Juiz para quase setenta e cinco mil habitantes, no Cível, e para quase cento e cinqüenta mil, no Crime.

Louve-se o trabalho de todos esses sacrificados Juizes que, atingidos por uma massacrante distribuição de ações, contam com a colaboração de oito dinâmicas e eficientes Pretoras, às quais dedico um imenso afeto e a mais carinhosa distinção, principalmente por vê-las, todos os dias, com a sua

potente atividade, especialmente na área penal, evitar o colapso da função judicante, em Belém.

Também, concorrendo, substancialmente, para a crise da magistratura, temos o mau recrutamento dos Juizes.

É, verdadeiramente, descriteriosa a seleção para a investidura. O que se faz, atualmente, numa evidentíssima abstração de qualquer estímulo e amparo às vocações, é exigir, dos que espontaneamente aparecem, a satisfação de tantos requisitos objetivos e subjetivos, indispensáveis mais insuficientes, quais sejam: condições de diploma, idade, tempo de prática forense e ausência de antecedentes criminais e policiais, assim como elementos de saúde e normalidade psíquica, promovendo-se, finalmente, a seleção cultural, através de concurso de provas e títulos.

Tanta coisa e tão pouco, eis que se deixa de lançar mão das pesquisas dos potenciais valores, não só nas Universidades como depois delas.

Aliás, esse defeito tão grave em termos de seleção e investidura na função de Juiz, mais tarde, bem mais tarde, quando se chega aos grandes momentos das promoções, é, mais uma vez, responsável pelo descritério das escolhas.

Nelas, há uma predominância, lamentavelmente, de competições pessoais, onde o instinto dá azo a lutas da própria Instituição, com o carreirismo substituindo a carreira e com o apadrinhamento tomando o lugar da apuração pelo mérito, distorções essas que geram a intromissão da política em áreas do Poder Judiciário, enfraquecendo-o ainda mais.

Diante desse quadro pouco promissor, ingressando no 2º grau de jurisdição, posicionados na liderança da Magistratura, em âmbito estadual,

pedimos, ao Supremo Juiz, que nos empreste uma parcela, que seja do seu divino atributo de bem julgar, de bem proceder; que nos atribua cultura maior, energia, serenidade, bondade, respeito e tolerância, exatamente para que, como Juizes, possamos corresponder à saudação que o notável Calamandrei dirigiu ao Magistrado, assim expressa: “Sei que és a guarda e a garantia de tudo quanto de mais caro tenho no mundo. Em ti saúdo a paz do meu lar, a minha honra e a minha liberdade”.

Agradecemos os três escolhidos em listas tríplices, a nomeação pelo insigne Governador Jader Fontenelle Barbalho, o qual, para nós, não se faz notável simplesmente por nos ter promovido, mas pelo excelente governo que presidiu, tornando-se, indiscutivelmente, por todos os pleitos deferidos, com muita propriedade e espírito de justiça, aos integrantes do Poder Judiciário, até então, o Governador mais amigo da Magistratura.

Gratificantes as palavras do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da Justiça do estado, as quais entendemos ainda mais expressivas por elogiarem, inclusive, o nobre Desembargador José Alberto Soares Maia, o qual, como Procurador de Justiça, na vaga do Ministério Público, está sendo empossado na integração desta Egrégia Corte de Justiça.

Gratíssimos pela destacada homenagem!

Lindas as palavras tão amigas desse querido e extremado irmão de todos nós, Juizes, o culto Professor e Advogado Paulo de Tarso Klautau, na mensagem que, aqui, acabou de proferir, como lídimo representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Presidente que é da sua Secção do Pará.

Saiba, doutor Paulo, que, embora as exceções possam não ser poucas, há, verdadeiramente, entre Juizes e advogados, na grande maioria das vezes,

compreensão de parte a parte; há mesmo fraternidade e tolerância recíprocas, de forma que se pode dizer que, de um modo geral, advogados e Juizes são bons amigos. A Vossa Excelência e a esses diletos amigos, os advogados todos do Pará, tão bem representados nesta festa, o nosso muito obrigado.

A decisão deste Egrégio Tribunal, escolhendo o talentoso e nobre Desembargador Aurélio Corrêa do Carmo para saudar os seus mais novos pares, foi das mais acertadas.

Ele, pela sua finura de trato, delicadeza de sentimentos e, acima de tudo, pelo carinho que dispensa a todos os seus colegas, sem distinção de hierarquia, destaca-se como autêntico líder e grande amigo de todos os Juizes.

A sua oração de hoje se fez pródiga de compreensão e de amor, transmitindo a estes seus colegas a confiança e o destemor tão necessários ao bom desempenho da tarefa tão difícil que nos é confiada a partir de agora.

A nossa eterna gratidão, Senhor Desembargador!

Agora, falando de mim, não posso esconder a imensa alegria, quase orgulho, por ter entrado, nesta casa, como Escrivão da Repartição Criminal e alcançado, finalmente, o desembargo.

Labutando no Cartório da então 2ª Pretoria Criminal, ainda estudante de nível médio, dei os primeiros passos na tarefa judiciária.

Formado em Direito, resolvi abraçar a Magistratura, fixando residência no Município de Tomé-Açu, onde fui muito feliz, aceito, por todos, sempre com aplausos e elogios, não só como Magistrado, antes Pretor e depois Juiz de Direito, mas, também, como Diretor e Professor do primeiro

estabelecimento de ensino médio do Município, onde estive ao longo de 14 anos.

Promovido a Juiz de Direito da Capital, em 1977, voltei para Belém, onde, então, amadureci como Magistrado, cuidando da movimentadíssima 2ª Vara Cível que deixo com muitas saudades, não só do notável Escrivão e excelente amigo, Senhor Odon Gomes da Silva, como, também, de todos aqueles dedicados servidores integrantes da sua eficiente equipe.

Agora, honradíssimo por integrar, como Desembargador, esta Egrégia Corte de Justiça, sinto-me plenamente gratificado por tudo o que já fiz, algumas vezes com certo sacrifício, mesmo porque grande é o meu fascínio pela Magistratura, como classe, e pelo Judiciário, como Poder.

Todas essas minhas conquistas, Deus bem sabe, gostaria fossem partilhadas pelo seu querido e saudoso paizinho, a quem devo o incentivo maior para a escolha do Curso de Direito e para o ingresso definitivo na Magistratura.

Ele, serventuário da Justiça, trabalhando, por muitos e muitos anos, como Escrivão e Oficial Secretário da Repartição Criminal desta Comarca, abriu-me os olhos para a causa da justiça, dando-me o seu exemplo de ponderação, trabalho e dignidade.

Tão amigo deste seu filho que o idolatrava e o venera, alcançou, apenas, a minha investidura no cargo de Juiz de Direito do Interior.

Como vibraria, feliz, se, vivendo ainda, estivesse aqui, comigo, vendo-me alcançar o mais elevado cargo da Justiça do meu Estado!

Lembrando-me tanto dele, presto-lhe, aqui e agora, mais uma vez, invocando o testemunho de todos os que me ouvem, a mais pura e carinhosa homenagem.

Rendo, também, homenagem à minha querida mãezinha, aqui presente, mulher admirável e que, sempre ao meu lado, vem, nos momentos alegres e tristes, emprestando-me o calor da sua solidariedade, do seu carinho e da sua compreensão.

Transfiro a ela toda a glória que possa haver nesta minha ascensão.

Vou terminar e o faço dirigindo-me aos nobres colegas Magistrados, Juizes de Direito e Pretores da Capital e do Interior desta nossa terra.

Saibam que eu, subindo ao Tribunal, não me envaideço por essa posição de destaque, mas sim vibro de orgulho pela solidariedade de quase todos vocês, eis que, quando de minha nomeação, no abraço de cada um, senti o pulsar de um coração tão amigo.

Não os esquecerei jamais. Aqui de cima, estarei compartilhando, a todo momento, dos seus problemas que serão, também, os meus e das suas alegrias que trarão tanto conforto ao meu coração.

Ainda, para finalizar, em nome dessa amizade que nos une no desejo, também, de um Poder Judiciário autônomo, forte, independente e de uma Magistratura de elite, peço-lhes lembrar sempre que, na longa carreira do Magistrado, muitas, muitas decepções o atingem; que, mesmo assim, da independência, da humildade, da coragem, do altruísmo, da compreensão, da bondade, da brandura de trato de par com a energia de atitudes, do amor ao estudo e ao trabalho, dimana a personalidade positiva do Juiz; e que,

finalmente, a verdadeira glória do Magistrado está no elogio de sua própria consciência.

Omiti, de propósito, entre as virtudes do Juiz, aqui proclamadas, a honestidade e porque entendo que honestidade, muito mais do que simples virtude, é ponto de partida, tão essencial, ao Juiz, como o diploma e a capacidade civil e de tal forma que a toga de um desonesto não cobre um Magistrado, mas um cancro objecto, uma repelente ferida social e moral.

Muito obrigado”. (REVISTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, 1987, p. 285)

“A tradição da Casa indica que o mais novo integrante do Colegiado dirige as palavras de saudação aos recém-empossados. Feliz prática, pois traz em seu bojo a mensagem de quem, já incorporado ao espírito do Tribunal, vem dizer aos futuros companheiros de trabalho de quanto é gratificante galgar um posto desejado e capaz de levar à realização espiritual e a atingir o ideal de justiça.

Nesta data, a designação perfaz-se em mim, com plenitude. Com um ano e meio no Desembargo, o oriundo, com muita honra, do quinto constitucional, na parte dos advogados, devo manifestar, e o faço com brevidade, a alegria do T.J.E. do Pará em receber, de uma só assentada, mais seis Desembargadores, cinco vindo da Magistratura de carreira e um do quinto constitucional, proveniente do Ministério Público. Honrosa e venturosa coincidência: O ex-advogado militante, hoje juiz, rejubila-se com os seus novos colegas, de outros segmentos, a completar a participação indissolúvel na composição

dos Tribunais e, enfim, em todo o mecanismo de distribuição da Justiça – magistrados, advogados e membros do Ministério Público.

Mercê da sensibilidade do Ilustre ex-governador Jáder Barbalho, ascendeu o número de Desembargadores desta Casa de Justiça de 15 para 21. O aumento do número, estou certo, faz decorrer o aumento e a consciência de nossas responsabilidades solidárias e recíprocas. Tem o Tribunal o dever de corresponder a esta conquista, lutando pela seriedade, serenidade e celeridade em seus julgamentos. Assim, e cada vez mais se sentirá reforçado e estimulado para, nos dias de transformação em que vivemos, pugnar para alcançar a verdadeira independência do Poder Judiciário, consagrada em texto constitucional claro e inequívoco, mas dotado de condições que lhe permitam tornar a letra da Lei concreta, produtiva e eficaz.

Enriquece-se o T.J.E. do Pará com o ingresso dos Eminentes Desembargadores José Alberto Soares Maia, Izabel Vidal de Negreiros Leão, Wilson de Jesus Marques da Silva, Humberto de Castro, Climeniè Bernadette de Araújo Pontes e Maria de Nazareth Brabo de Souza.

O desembargador Maia bacharelou-se em 1962, foi funcionário público, teve pequena incursão na Magistratura como Pretor, mas foi no Ministério Público que gradualmente, por seu valor, sua competência e eficiência, foi alcançando todas as promoções até chegar a Procurador de Justiça, quando foi nomeado para este Sodalício.

A Desembargadora Izabel Leão, diplomada em 1958, foi Pretora, Juíza de Igarapé-Açu e Juíza da 10ª Vara da Capital, onde com tranqüilidade

e irreprochável desempenho passou quase 18 anos, chega ao Tribunal com invejável experiência na difícil lide de julgar.

O Dr. Wilson de Jesus, desde 1959, inicialmente na Pretoria e a partir de 1961, como Juiz, em Tomé-Açu, de onde veio para a Capital por merecimento, e onde, ao lado da Judicatura contribuiu no magistério daquele município, tem uma folha de serviços impecável à sua terra, destacando-se o período em que foi Juiz de Menores. É gáudio para o T.J.E. vê-lo chegar à Desembargadoria.

A Dra. Climeniè Bernadette de Araújo Pontes, participante da Turma Clóvis Beviláqua, de 1959, da Faculdade de Direito da UFPA, sempre pontificou na Magistratura, no começo em Pretoria e de 1965 em diante passando pelas Comarcas de Monte Alegre, Tucuruí e Curuçá até chegar à Capital, à 8ª Vara. De notável produção, emprestará sua bagagem e competência ao Tribunal onde é festivamente recebida neste momento.

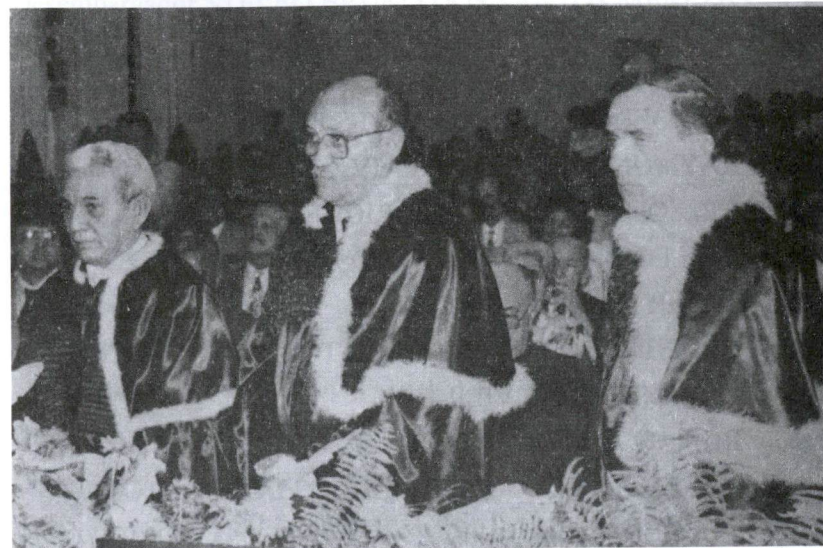
O Dr. Humberto de Castro, igualmente Magistrado de Carreira, ingressou em 1962 na Pretoria e em seguida por diversas Comarcas perlustrou e estava na capital primeiramente na Vara Penal e depois na Cível. Estou convicto de que sua vinda será muito útil aos trabalhos da Casa.

E finalmente a Dra. Maria de Nazareth Brabo de Souza, a mais nova dos recém-ingressados, demonstra uma folha de serviços relevantes prestados com seu esforço e sua inteligência à Magistratura da terra, a partir de 1966 como Pretora e de 1969 até esta data como Juíza.

São estes companheiros, que se irmanarão aos 15 Desembargadores

de hoje, para tornarem cristalina a Justiça por este Tribunal, nos dias de amanhã ”. (REVISTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, 1987, p.284)

Foto 10 - Cerimônia de posse dos novos Desembargadores: Humberto de Castro, José Alberto Soares Maia e Wilson de Jesus Marques da Silva.



FONTE: Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, v.31, n.42, 1987.

Composição do Tribunal de Justiça, quando Dr. Wilson ingressou no desembargo:

Presidente: Desembargador	OSSIAM CORRÊA DE ALMEIDA
Vice-Presidente: Desembargador	MANOEL DE CHRISTO ALVES FILHO
Corregedora Desembargadora:	MARIA LÚCIA G. MARCOS DOS SANTOS

TRIBUNAL PLENO

Reúne às 1^a. s e 3^a. s Quartas-Feiras

Desembargador OSSIAM CORRÊA DE ALMEIDA (Presidente)
Desembargador OSWALDO POJUCAN TAVARES
Desembargadora LYDIA DIAS FERNANDES
Desembargador RICARDO BORGES FILHO
Desembargador ARY DA MOTTA SILVEIRA
Desembargador MANOEL DE CHRISTO ALVES FILHO
Desembargador RAYMUNDO HÉLIO DE PAIVA MELLO
Desembargador NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM
Desembargador STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES
Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA
Desembargador CALISTRATO ALVES DE MATTOS
Desembargador ORLANDO DIAS VIEIRA
Desembargador ROMÃO AMOÊDO NETO
Desembargadora MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS
Desembargador AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Desembargadora IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO
Desembargador WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA
Desembargador HUMBERTO DE CASTRO
Desembargador CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES
Desembargador JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA
Desembargadora MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Reúne às 2^a. s e 4^a. s Quartas-Feiras

Desembargador OSSIAM CORRÊA DE ALMEIDA (Presidente)
Desembargador MANOEL DE CHRISTO ALVES FILHO
Desembargador STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES
Desembargador CALISTRATO ALVES DE MATTOS
Desembargador AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

CÂMARAS REUNIDAS (CÍVEIS E CRIMINAIS)

Sessões às Segundas-Feiras

Desembargador MANOEL DE CHRISTO ALVES FILHO (presidente)
Desembargador OSWALDO POJUCAN TAVARES
Desembargadora LYDIA DIAS FERNANDES
Desembargador RICARDO BORGES FILHO
Desembargador ARY DA MOTTA SILVEIRA
Desembargador RAYMUNDO HÉLIO DE PAIVA MELLO
Desembargador NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM
Desembargador STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES
Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA
Desembargador CALISTRATO ALVES DE MATTOS
Desembargador ORLANDO DIAS VIEIRA
Desembargador ROMÃO AMOÊDO NETO
Desembargadora MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS
Desembargador AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Desembargadora IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO

Desembargador WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA
Desembargador HUMBERTO DE CASTRO
Desembargadora CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES
Desembargador JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA
Desembargadora MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA

CÂMARAS ISOLADAS (CÍVEIS E CRIMINAIS)

1ª. s CÂMARAS

Reúnem às Terças-Feiras
Desembargador OSWALDO POJUCAN TAVARES (Presidente)
Desembargadora LYDIA DIAS FERNANDES
Desembargador RICARDO BORGES FILHO
Desembargador ARY DA MOTTA SILVEIRA
Desembargadora IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO
Desembargador WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA

2ª. s CÂMARAS

Reúnem às Quintas-Feiras
Desembargador STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES (Presidente)
Desembargador RAYMUNDO HÉLIO DE PAIVA MELLO
Desembargador NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM
Desembargador AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Desembargador HUMBERTO DE CASTRO
Desembargadora CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES

3ª. s CÂMARAS

Reúnem-se às Sextas-Feiras
Desembargador ALMIR DE LIMA PEREIRA (Presidente)
Desembargador CALISTRATO ALVES DE MATTOS
Desembargador ORLANDO DIAS VIEIRA
Desembargador ROMÃO AMOÊDO NETO
Desembargador JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA
Desembargadora MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA

JUÍZES DE DIREITO DA CAPITAL

Dra. LÚCIA CLAIREFONT SEGUIN DIAS CRUZ – 1ª Vara Cível
Dra. ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS – 2ª Vara Cível
Dra. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE – 3ª Vara Cível
Dra. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES – 4ª Vara Cível
Dra. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY – 5ª Vara Cível
Dra. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES – 6ª Vara Cível
Dra. MARIA HELENA ALMEIDA FERREIRA – 7ª Vara Cível
Dra. SONIA MARIA DE MACEDO PARENTE – 8ª Vara Cível
Dr. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES – 9ª
Dr. PEDRO PAULO MARTINS – 10ª Vara Cível
Dra. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY – 11ª Vara Cível
Dra. LIA ROSA GUIMARAES AZEVEDO – 12ª Vara Cível
Dr. WERTHER BENEDITO COELHO – 13ª Vara Cível
Dra. MARTA INÊS ANTUNES LIMA – 14ª Vara Cível
Dra. SIDNEY FLORACY SILVA FONSECA – 15ª Vara Cível

Dra. TEREZINHA MARTINS FONSECA – 16ª Vara Cível
Dra. MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE – 1ª Vara Penal
Dra. YVONE RODRIGUES SANTIAGO MARINHO – 2ª Vara Penal
Dr. JAIME DOS SANTOS ROCHA – 3ª Vara Penal
Dra. RAIMUNDA DO CARMO GOMES – 4ª Vara Penal
Dra. MARIA DO CÉU CABRAL DUARTE – 5ª Vara Penal
Dr. OTÁVIO MARCELINO MACIEL – 6ª Vara Penal
Dra. HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO – 7ª Vara Penal
Dr. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITTENCOURT – 8ª Vara Penal

JUÍZES DE DIREITO NÃO TITULARES DE VARA

Dra. ANA TEREZA SERENI MURRIETA

AUDITOR MILITAR

Dr. FLÁVIO ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA

PRETORES DA CAPITAL

Dra. MARIA LÚCIA XAVIER HANAQUE – 1ª Pretoria Cível
Dra. MARIA CECÍLIA DE LIMA PEREIRA – 2ª Pretoria Cível
Dra. MARIA STELLA DE CASTRO PEIXOTO – 1ª Pretoria Criminal
Dra. INÁCIA NAZARÉ SALGADO FRIAS – 2ª Pretoria Criminal
Dra. ELIANA PACHECO DE OLIVEIRA CÔRTEZ – 3ª Pretoria Criminal
Dra. MARIA TELMA PONTES FERREIRA DE SOUZA – 4ª Pretoria Criminal

Dra. MARIA VITÓRIA TORRES DO CARMO – 5ª Pretoria Criminal
Dra. ELEONORA PEREIRA TAVARES – 6ª Pretoria Criminal

JUÍZES DE DIREITO DO INTERIOR

ABAETETUBA – 1ª Vara – Vago
ABAETETUBA – 2ª Vara – Vago
AFUÁ – Dra. Eva do Amaral Coelho
ALENQUER – Dra. Nadja Nara Cobra Meda
ALTAMIRA – Dra. Vera Araújo de Souza – 1ª Vara
ALTAMIRA – Dra. Ruth Nazaré Couto Gurjão – 2ª Vara
ANANINDEUA – Dra. Marneide Trindade Pereira Merabet – 1ª Vara
ANANINDEUA – Dra. Maria de Nazaré Savedra Guimarães – 2ª Vara
ANANINDEUA – Dra. Maria de Nazaré Souza Silva – 3ª Vara
BAIÃO – Vago
BRAGANÇA – Dra. Maria Angélica Ribeiro Lopes Santos – 1ª vara
BRAGANÇA – Dra. Brígida Gonçalves dos Santos – 2ª Vara
BREVES – Dahil Paraense de Souza
CACHOEIRA DO ARARI – Vago
CAMETÁ – Vago
CAPANEMA – Dr. Paulo Sérgio Frota e Silva – 1ª Vara
CAPANEMA – Dr. Enivaldo da Gama Ferreira – 2ª Vara
CASTANHAL – Dra. Emília Belém Pereira – 1ª Vara
CASTANHAL – Dra. Yvette Lúcia Pinheiro – 2ª Vara
CASTANHAL – Dra. Maria Edwiges de Miranda Lobato – 3ª Vara
CHAVES – Vago

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – Dr. Eronides Souza Primo – 1ª Vara
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – 2ª Vara – Vago
CURUÇÁ – Dra. Carmen Lúcia Monteiro Faria
GURUPÁ – Dra. Maria do Carmo Sarmento de Araújo
IGARAPÉ- AÇU - Dra. Isolina Sales de Lima
IGARAPÉ-MIRI – Dr. Rômulo José Ferreira Nunes
ITAITUBA – Dra. Eliete Contente Barbosa – 1ª Vara
ITAITUBA – Dra. Elena Farag – 2ª Vara
MARABÁ – Dra. Rosileide Maria Cunha Barros – 1ª Vara
MARABÁ – Dr. Juramir Barbosa de Oliveira – 2ª Vara
MARABÁ – Dra. Edith Dias Barra – 3ª Vara
MARABÁ – Dra. Ezilda das Chagas Pastana – 4ª Vara
MARACANÃ – Dra. Maria da Conceição Viana Figueiredo
MARAPANIM – Vago
MOJU – Vago
MONTE ALEGRE – Dr. João Duarte de Oliveira
MUANÁ – Vago
NOVA TIMBOTEUA – Dra. Roma Keiko Kobayashi
ÓBIDOS – Vago
OEIRAS DO PARÁ – Dr. Ricardo Ferreira Nunes
ORIXIMINÁ – Vago
OURÉM – Vago
PARAGOMINAS – Dr. Cláudio Augusto Montalvão das Neves
PONTA DE PEDRAS – Dr. Manoel da Conceição Silva
PORTEL – Jacyra Moraes Rabelo
SANTA IZABEL DO PARÁ – Dra. Edna dos Anjos Nunes

SANTANA DO ARAGUAIA – Dr. Walton Cezar Brudzinski
SANTARÉM – Dra. Maria Soares Palheta – 1ª Vara
SANTARÉM – Dra. Diracy Nunes Alves – 2ª Vara
SANTARÉM – 3ª Vara – Vago
SANTARÉM – Dr. Raimundo Holanda Reis – 4ª Vara
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ – Dra. Gleide de Moura Pralier
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ – Maria Rita Assunção R. de Lima – 2ª Vara
SOURE – Dra. Maria de Lourdes de Oliveira Costa – 1ª Vara
SOURE – Dra. Maria do Céu Maciel Coutinho – 2ª Vara
TOMÉ-AÇU – Vago
TUCURUÍ – Dra. Eliana Rita Daher Abufaiad – 1ª Vara
TUCURUÍ – Dra. Helena Percila de Azevedo Dornelles – 2ª Vara
VIGIA – Dra. Ana de Nazaré Ramos – 1ª Vara
VISEU- Vago

JUIZES REGIONAIS

1ª Região

Sede – Bragança

Vago

2ª Região

Sede: Nova Timboteua

Dra. Sandra Maria Aragão Klautau

3ª Região

Sede: Ananindeua

Vago

4ª Região
Sede: Curuçá
Dr. Constantino Augusto Guerreiro

5ª Região
Sede: Vigia
Dra. Edinéa Oliveira Tavares

6ª Região
Sede: Soure
Dra. Elisabete Pereira de Lima

7ª Região
Sede: Afuá
Vago

8ª Região
Sede: Breves
Dra. Maria Lídia Tocantins de Souza

9ª Região
Sede: São Miguel do Guamá
Dra. Odete da Silva Carvalho

10ª Região
Sede: Moju
Vago

11ª Região
Sede: Abaetetuba
Vago

12ª Região
Sede: Marabá
Vago

13ª Região
Sede: Altamira
Dra. Ana Selma da Silva Timóteo

14ª Região
Sede: Alenquer
Vago

15ª Região
Sede: Monte Alegre
Vago

PRETORES DO INTERIOR

ACARÁ (CAPITAL) – Vago
ALMEIRIM (MONTE ALEGRE) – Dra. Maria Elvina Gemaque de Lima
ANAJÁS (AFUÁ) – Dra. Myriam Belém Mello Rocha
AUGUSTO CORRÊA (BRAGANÇA) – Raimundo Zoroastro G. de Almeida
AVEIRO (ITAITUBA) – Dra. Zuleide Pimentel Leite
BAGRE (BREVES) – Dr. Geraldo Cunha da Luz
BARCARENA (CAPITAL) – Vago
BENEVIDES (SANTA IZABEL DO PARÁ) – Dra. Carmen Leão Sanches
BONITO (GUAMÁ) – Dr. Reginaldo da Consolação Monteiro
BUJARU (CAPITAL) – Dr. João Miralha Pereira
CAPITÃO POÇO (OURÉM) – Vago

COLARES (VIGIA) – Dra. Maria de Fátima da Silva Monteiro
CURRALINHO (BREVES) – Dra. Miriam Pinho Pereira
FARO (ORIXIMINÁ) – Dr. Idamor da Mota
IGARAPÉ-AÇU (IGARAPÉ-AÇU) – Dra. Maria Lúcia Jares P. De Oliveira
INHANGAPI (CASTANHAL) – Dra. Maria de Nazaré Vaz A. da Rocha
IRITUIA (GUAMÁ) – Dra. Maria da Providência de Oliveira Abdulmassih
ITAITUBA (ITAITUBA) – Dr. Ivan da Rocha Botto
ITUPIRANGA (MARABÁ) – Dra. Maricélia de Oliveira Barata
JACUNDÁ – Dra. Maria das Graças Fonseca de Andrade
JURUTI (ÓBIDOS) – Dra. Maria Wanda Barros da Silva Lima
LIMOEIRO DO AJURU (CAMETÁ) – Dra. Cora Belém V. de Oliveira
MAGALHÃES BARATA (MARAPANIM) – Dra. Maria Leite Brito
MELGAÇO (BREVES) – Dr. Jair Guimarães Filho
MOCAJUBA (CAMETÁ) – Dra. Maria Irys de Brito Batista
MOJU (MOJU) – Dra. Hedima da Silva Amaro
NOVA TIMBOTEUA (NOVA TIMBOTEUA) – Dr. Jair Galvão de Lima
PEIXE-BOI (NOVA TIMBOTEUA) – Dra. Maria Antonia Athayde do Carmo
PORTO DE MOZ (GURUPÁ) – Dra. Marinez Catarina Von L. Cruz Arraes
PRAINHA (MONTE ALEGRE) – Dr. Geraldo José Guimarães de Amorim
PRIMAVERA (CAPANEMA) – Basílio de Paula Rodrigues
SALINÓPOLIS – Dr. Renato João Barbosa Lima
SALVATERRA (SOURE) – Dr. Carmelino Soares das Dores
STA. CRUZ DO ARARI (CACHOEIRA DO ARARI) – Dra. Eucila Maués dos Santos
STA. MARIA DO PARÁ (NOVA TIMBOTEUA) – Dra. Maria Santana Marques Tavares
SANTARÉM NOVO (MARACANÃ) – Dr. Ademar Calumby Filho
STO. ANTONIO DO TAUÁ (VIGIA) – Dr. Mário Cláudio Tavares
SÃO CAETANO DE ODIVELAS (VIGIA) – Dra. Iracema Viana Santana

SÃO DOMINGOS DO CAPIM (GUAMÁ) – Dra. Rosi Maria Gomes de Farias
SÃO FÉLIX DO XINGU (ALTAMIRA) – Dr. Manuel Pedro Carvalho D'Oliveira
SÃO FRANCISCO DO PARÁ (CASTANHAL) – Dra. Maria Dinete L. Monteiro
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA (MARABÁ) – Dr. Sebastião Martins Ferreira
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (MUANÁ) – Dr. Raimundo Iaci V. Pereira
SEN. JOSÉ PORFÍRIO (ALTAMIRA) – Dra. Almira Fonseca de Oliveira
À disposição do Gabinete da Presidência – Dra. Rosa Maria Carvalho Moraes
À disposição da Corregedoria – Dr. Carlos Alberto Flexa de Oliveira

Como Desembargador foi designado a participar da Comissão de Revista, Boletim e Biblioteca do TJ/PA, pela Portaria 184 de 21 de fevereiro de 1990, em substituição ao Des. Ricardo Borges Filho. Exerceu essa função de 1990 a 1995 juntamente com os desembargadores Almir de Lima Pereira e Stéleo Bruno dos Santos Menezes.

Ainda no ano de 1990, o Desembargador Wilson de Jesus Marques da Silva participou da série “Judicatura”, uma publicação do Centro de Estudos Jurídicos do Pará (CEJUP) em conjunto com a Associação dos Magistrados do Estado do Pará. Seu livro intitulado “Decisões Cíveis: acórdãos” foi o quinto volume da série.

Na Portaria 0392 de 11 de maio 1990 foi designado para exercer a função de Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará na vaga do Des. Almir de Lima Pereira.

Na data de 19 de dezembro do ano de 1990 foi eleito na 17ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, Corregedor Geral da Justiça do Estado, para o Biênio 1991/1992, assumindo em 01 de fevereiro de 1991.

Na função de Corregedor editou os seguintes provimentos:

1991

PROVIMENTO Nº 001/1991 - Revoga o Provimento nº 07-90.

PROVIMENTO Nº 002/1991 - Suspeição de juiz e redistribuição dos processos.

PROVIMENTO Nº 003/1991 - Revogar o Provimento Nº 002-90.

PROVIMENTO Nº 005/1991 - Cancelamento da matrícula e das transcrições efetuadas no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Belém.

PROVIMENTO Nº 006/1991 - Defensor público - não exigência de procuração.

PROVIMENTO Nº 007/1991 - Estabelece normas para magistrados da área penal das comarcas de Belém e do Interior.

PROVIMENTO Nº 008/1991 - Dispõe acerca da obrigatoriedade de todas as publicações no Diário da Justiça.

PROVIMENTO Nº 009/1991 - Pedidos que objetivem providências judiciais.

PROVIMENTO Nº 010/1991 - Processos de inventário e arrolamento de bens.

PROVIMENTO Nº 011/1991 - Licença especial concedida a magistrado de 1º Grau.

PROVIMENTO Nº 012/1991 - Torna nulo o registro de pessoas jurídicas e de títulos e documentos da comarca de Capanema, no Cartório de Registro de Protestos.

1992

PROVIMENTO Nº 001/1992 - Retificar as normas constantes dos itens I e II do Provimento nº04.

PROVIMENTO Nº 002/1992 - Mandados de segurança impetrados no 1º ou 2º grau de jurisdição, a notificação das autoridades impetradas e dos interessados seja feita pessoalmente.

PROVIMENTO Nº 003/1992 - Recomenda perícia através de nomeação de peritos.

PROVIMENTO Nº 004/1992 - Execução Penal.

PROVIMENTO Nº 005/1992 - Declara nula a escritura pública de cessão de direitos hereditários, lavrado no Cartório de Notas do 1º Ofício da comarca de Muaná.

1993

PROVIMENTO Nº 001/1993 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de pessoas físicas e jurídicas que atuem na área de Administração.

No dia 16 de dezembro de 1992, durante a 19ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, foi eleito vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, para o biênio de 1993/1994, prestando afirmação em 1 fevereiro de 1993 e assumindo em 2 fevereiro de 1993. A presidente eleita desse período foi a Des. Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos.

Foto 11 - Assinatura do termo de posse como vice-presidente do TJE-PA.



FONTE: Arquivo Emanuel O' de Almeida.

Foto 12 - O vice-presidente cumprimenta a presidente Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos.



FONTE: Arquivo Emanuel O' de Almeida.

Resoluções editadas enquanto era presidente em exercício:

1993

RESOLUÇÃO 025/93 - Altera e Introduz Dispositivos do Regimento Interno.

RESOLUÇÃO 026/93 - Cria serviços e transpõe cargo.

1994

RESOLUÇÃO 001/94 - Reajusta os Vencimentos da Magistratura e dos servidores.

RESOLUÇÃO 002/94 - Altera a Resolução nº 14/91.

RESOLUÇÃO 004/94 - Determinar, ao Senhor Secretário Administrativo.

RESOLUÇÃO 021/94 - Fica Instituída a Série Perfil dos Magistrados.

RESOLUÇÃO 023/94 - Reajusta os Vencimentos da Magistratura e dos servidores.

Em 13 de agosto de 2001 a desembargadora Climeniè Bernadette de Araújo Pontes aposenta pela compulsória, o Exmo. Sr. Dr. Wilson de Jesus Marques da Silva do cargo de desembargador, de acordo com os artigos: 93 Inciso VI e 40 § 1º II da Constituição Federal, 151 Inciso VI da Constituição Estadual, 5º da Lei 5.611/90, Resolução 006/97-GP do TJE, 74 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, 234 e segs. do Código Judiciário do Estado, e 69 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

4 DEPOIMENTOS

“D es. Wilson de Jesus Marques da Silva

Nossa amizade iniciou-se em julho de 1981, há exatamente 29 anos, quando, após aprovação em Concurso público, tomei posse no cargo de Auxiliar Judiciário do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, sendo lotada no Cartório da 1ª Zona Eleitoral.

Fora o homenageado o Juiz Eleitoral a quem estava subordinada. Logo no princípio, fiquei encantada com o irretocável conteúdo jurídico do então juiz Wilson de Jesus Marques da Silva. Encantaram-me, outrossim, a firmeza, o zelo e a exigência sem intransigências.

Eram dias de muito trabalho, face ao pleito de 1982, em plena ditadura militar e após 20 (vinte) anos sem eleições. Desde o ano pré-eleitoral, as filas eram imensas, o que obrigava o prolongamento do expediente até a noite. Nossa Chefe de Cartório era a amiga Maria Augusta Araújo e quase sempre o “nosso juiz” acompanhava o nosso trabalho pelas noites e madrugadas. Após o encerramento do pleito de 1982, fomos surpreendidos pela entrega feita pelo nosso querido Dr. Wilson de cópia de expediente, encaminhado ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, elogiando o nosso trabalho. Não posso esquecer que, graças a tão inusitado gesto, na Avaliação Funcional do final daquele ano, Maria Augusta assumiu a Chefia da 29ª Zona Eleitoral, o que ocasionou a minha promoção à Chefia da 1ª Zona Eleitoral, função gratificada em que permaneci

até assumir a magistratura em 18 de outubro de 1985.

É, pois, com incomensurável satisfação que aceito o desafio de resumir em breves linhas quem era o saudoso Desembargador Wilson de Jesus Marques da Silva.

Peço, então, vênua para trazer à baila o teor do cartão que lhe enviei a quando de sua ascensão ao Desembargo, *in verbis*:

“A sua ascensão ao Desembargo significa a justiça em sua mais plena acepção. Não é somente o Senhor quem está de parabéns, mas todos que lhe querem bem. É o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. É, sobretudo, o povo do Estado do Pará.

O dia de hoje, sem sombra de dívida, marca um dos mais felizes dias da minha vida. Aquele juiz íntegro, estudioso, tranquilo, essencialmente justo, que conheci no limiar de minha carreira, aquele homem probo, severo, mas não intransigente, que me transmitiu tantos exemplos dignificantes, ascendeu ao Desembargo.

Receba, pois, os meus cumprimentos!”

Com muita honra e alegria, em um fim de tarde, logo após sua posse no cargo de Desembargador, ofereci, em minha residência, um Chá em sua homenagem. Dentre os presentes, estavam Paulo/Telma Frota, Albanira Lobato Bemerguy, Eliana Cortês, Lúcia Hanaque, Cecília Pereira, Eneida Moraes, Gengis/Ana Rosa Freire, e tantos outros amigos queridos. Entretanto, convém dizer que de todos as pessoas presentes, a que lhe era mais cara ao coração, era a sua mãe, a Sr^a Clarice.

Assim como ocorreu com os Desembargadores Almir de Lima

Pereira, Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos, Albanira Lobato Bemerguy e Carmencin Marques Cavalcante, não posso deixar de registrar que durante minha vida na judicatura, o Desembargador Wilson de Jesus Marques da Silva me foi solidário, dividindo comigo o seu saber sempre com cortesia.

Paulatinamente, o homenageado e eu vivenciamos o que é comum em amizades verdadeiras: o compartilhar de momentos ora tristes, ora alegres. Em sua solicitude experimentei, concretamente, a lição de *Saint Exupéry*, para quem o amor é invisível para os olhos. Só se vê bem com o coração!”

Em que pese o fato de o homenageado já nos ter deixado, sua presença é sentida quando leio a adaptação do texto extraído do livro “Educação enferruja por falta de uso”, do pintor Francês, *Henri Toulouse Lautrec* (1864-1901), posto que:

“Existe uma coisa difícil de ser ensinada e que, talvez por isso, esteja cada vez mais rara: a elegância do comportamento.

É um dom que vai muito além do uso correto dos talheres e que abrange bem mais do que dizer um simples obrigado diante de uma gentileza.

É a elegância que nos acompanha das primeiras horas da manhã até a hora de dormir e que se manifesta nas situações mais prosaicas, quando não há festa alguma nem fotografos por perto. É uma elegância desobrigada”

É possível detectá-la nas pessoas que elogiam mais do que criticam. Nas pessoas que escutam mais do que falam. E quando falam, passam longe da fofoca, das pequenas maldades ampliadas no boca a boca.

...

É possível detectá-la em pessoas pontuais.

É elegante você fazer algo por alguém, e este alguém jamais saber o

que você teve que se arrebatar para o fazer... porém, é elegante reconhecer o esforço, a amizade e as qualidades dos outros.

É elegante retribuir carinho e solidariedade.

Não há livro que ensine alguém a ter uma visão generosa do mundo, a estar nele de uma forma não arrogante.

É elegante a gentileza.

Atitudes gentis falam mais que mil imagens (...) Sorrir, sempre é muito elegante e faz um bem danado para a alma... Oferecer ajuda... é muito elegante... Olhar nos olhos, ao conversar é essencialmente elegante..."

O Desembargador Wilson de Jesus Marques da Silva foi a verdadeira personificação da elegância que há pouco mencionei, bem como da honestidade, probidade, zelo, sabedoria, enfim, foi um homem com qualidades inesquecíveis.

Que saudades do amigo! ”

JACYRA MORAES RABELO
Juíza Aposentada do TJE-PA

Minha grande amizade com o Wilson iniciou em 1986. Naquele ano, com 20 anos de idade, por conta de desentendimentos com meu pai, parti para o Rio de Janeiro, em busca de novos ares. Na cidade maravilhosa não tive oportunidades de emprego, nem estudo. Contando apenas com a caridade de amigos, quase abracei a marginalidade.

Diante daquela situação, Dona Socorro, minha mãe querida, aqui em Belém, procurou o então Juiz Wilson Marques, filho da amiga Dona Clarisse, e pediu que lhe ajudasse a resgatar o filho.

Então, na primeira oportunidade que teve, por telefone, me pediu que voltasse que me ajudaria. Em menos de duas semanas já me encontrava trabalhando no cartório da 2ª Vara Cível, do saudoso Odon Gomes, cujo juiz titular era o Wilson.

Dali em diante, uma grande, sólida e fraterna amizade se estabeleceu. Passei a presenciar e me influenciar com a sua ímpar dedicação ao trabalho, disciplina e busca da perfeição nas coisas que fazia. Por isso, cedo se ouvia o barulho de suas passadas lentas pelos corredores do Fórum Cível; saindo, ao final, bem depois do horário, ainda levando duas sacolas de papel abarrotadas de processos, os quais eram sempre devolvidos despachados no outro dia.

Para tanto, só dormia depois das duas da manhã. Além das inúmeras e cansativas audiências diárias que presidia e atendimentos às partes e advogados que fazia com toda a sua gentileza e educação.

Acompanhei sua ascensão, por merecimento, ao desembargo. E como foi merecido! Mesmo diante de toda euforia da vitória, que demonstrava de

forma contida e serena, despachou e sentenciou todos os processos conclusos do período. “Zerou” como entusiasmado afirmou, na época, o velho Odon.

No Tribunal, como Desembargador, logo se destacou entre seus pares pela elegância, discernimento, simplicidade e inteligência de seus votos. A segurança na defesa das suas decisões demonstrava o domínio e o saber que detinha. Transformava sempre uma monótona sessão em um espetáculo jurídico. Não me lembro de ter tido um voto vencido como relator, mas o contrário geralmente ocorria.

Dizia sempre que tinha quatro paixões na vida: seu pai, sua mãe, sua profissão e o Rio de Janeiro, para onde ia nos meses de janeiro e julho.

Homem bom, filho dedicado, trazia consigo a simplicidade e honestidade herdada de seu saudoso pai João, cartorário, com quem teve seu primeiro contato com o mundo jurídico. Seu pai foi o seu melhor amigo, como sempre afirmou em vida. De sua mãe Clarisse cuidou durante toda a vida. Dela, inegavelmente, herdou, também suas características físicas.

Remista no Pará e flamenguista no RJ, gostava muito de futebol e até acompanhava toda a movimentação futebolística, sem nunca entretanto, se envolver em debates calorosos de rivalidades. Era sim um elegante crítico de futebol.

Sua intenção era se aposentar como juiz de Tomé-Açu, município que também foi diretor e professor no colégio Antônio Brasil. Dizia que não se candidatava às remoções e que sua vinda para capital só ocorreu por conta do infarto que sofreu na época. Dos insistentes pedidos de sua mãe para vir e de um certo presidente do TJ que o visitou no hospital e pediu que aceitasse a promoção.

Na sua adolescência, lá pelos 14 anos, trabalhou para um vendedor, para o qual fazia cobranças e o que recebia era exclusivamente para a compra de livros e entrada nos cinemas. Dizia que fazia a pé todo o percurso de cobrança para poder ficar com o dinheiro da passagem e assim acrescentar ao que recebia, quando recebia, pois só ganhava alguma coisa quando tinha êxito na cobrança.

Todos os anos, quando seus pais eram vivos, passavam as férias de julho no Rio de Janeiro. Numa dessas seu pai faleceu e está enterrado no mesmo cemitério que Wilson foi sepultado.

Pretendia levar os restos mortais de sua mãe Clarisse enterrada num cemitério em Marituba para o São João Batista, no RJ para poder ficar ao lado do marido, seu pai.

Faleceu na cidade que amava cumprindo seu ritual sagrado do cotidiano em seu último dia de vida. Fiz um poema em sua homenagem imaginando como foi esse dia:

“Wilson

*Ele se foi e nem nos disse adeus,
assim o fez para, como dizia sempre, não dar trabalho a ninguém.*

*Homem metódico e sistemático,
organizou sua ida com a mesma formalidade de toda a vida,
naquele dia (08/04/07), logo cedo, antes de iniciar sua higiene,
como de costume, trancou-se no banheiro, ajoelhou-se e rezou
com as mesmas palavras de todos os dias,
pediu a Deus por nós,
em seguida, como sempre, ligou seu velho radinho de pilha,*

*fez o mesmo alongamento e tomou seu demorado banho.
Seu desjejum o fez com as três bolachas água e sal, acompanhando o leite desnatado.*

Após, lavou a louça, dobrou minuciosamente o saquinho de compras e juntou aos inúmeros debaixo da pia.

Sentado na ponta do sofá fez suas anotações em seu caderninho meio amarelado pelo tempo.

*Às 9:45 h, exatamente,
vestiu sua calça jeans e sua camisa estampada e saiu.*

Pagou suas contas.

*Naquele dia não fora ao supermercado e nem à feira,
porque em casa já mantinha reservado o necessário;
e como já previa o fim,
acenou aos seus velhos amigos feirantes,
funcionários do prédio e vizinhos, com ar de despedida.*

*Às 11:00 h, chegou em casa com seu rosto rosado e brilhoso
do dia quente de verão que fazia.*

*Preparou seu suco de laranja bem forte,
com as seis gotinhas de adoçante (era como gostava).*

*Ligou seu aparelho de som e passou a ouvir suas músicas antigas,
sabendo que eram as suas últimas canções que ouvia por aqui.*

*Fez novamente suas anotações,
endereçadas a quem ficaria,
observando todos os procedimentos
que deveriam ser adotados após sua partida.*

*Às 13:20 h, exatamente, recebeu seu amigo Gabriel, o
Arcanjo, enviado por Deus para acompanhá-lo ao Paraíso.*

*Assim o fez, como acertado, amistosamente,
com o Pai, na noite anterior.*

*Fique em paz meu querido e fiel amigo Wilson,
olhando por nós, como sempre o fez.*

Um dia nos veremos de novo.

Do seu amigo Quemel.

Abril de 2007”.

CLÁUDIO JOSÉ QUEMEL
Servidor do TJE-PA

Confesso que, ao ser lembrado para tecer algumas palavras sobre o Desembargador Wilson de Jesus Marques da Silva, tive a sensação de que não seria capaz de fazê-lo, apesar de sentir-me feliz por tão grande honraria. Não que seja difícil passar para o papel suas qualidades intelectuais, jurídicas, humanas, e, principalmente o seu cotidiano de trabalho, donde surge a nossa proximidade. Aliás, tais qualidades são públicas e notórias, até hoje lembradas nas lidas forenses.

O Poder Judiciário paraense, e todos os operadores do Direito que tiveram o privilégio, como eu tive, espargiram “num sei quê” de dor e saudade, com a sua partida, rumo ao descanso eterno na Páscoa de 2007, justamente a festa cristã que celebra a ressurreição de Jesus Cristo.

É, ficou um imenso vazio na alma daqueles que com ele conviveram. Sabemos que as despedidas são sempre dolorosas, mas quando se olha à frente e a lembrança vem daqueles bons tempos, vislumbramos o magistrado calmo, elegante e pontual pela sua própria essência, rumo à difícil arte de fazer justiça e prestar a jurisdição, como só ele sabia fazer, e a seu modo, com a marcante escrita minúscula e desenhada, mas perfeitamente legível, sendo sempre o primeiro a chegar e o último a sair do Fórum. Nosso horizonte ficou triste com sua partida, e quando o sol derrama seus últimos raios rutilados, tinge o céu de melancolia e de mil lembranças do seu sorriso maroto, dos seus olhos azuis vivos, do seu braço forte e destemido.

Tenho a certeza de que a sua herança será eterna no coração das pessoas que o conheceram e sentiram nos seus mais íntimos filamentos a força da sua amizade verdadeira, dos seus ensinamentos e do seu amor por tudo aquilo que

fazia. Até nos seus momentos mais frementes de sofrimento, já aposentado, em que a doença praticamente impedia os seus passos e lhe imprimia às frentes a sensível marca da dor, mesmo nesses momentos, o doutor Wilson foi incomparável! Seu exemplo de vida e nobreza de ideais é digno de referência para todos.

Lembro-me da imagem de um homem enfraquecido, porém cansado só fisicamente, já no Rio de Janeiro, com a alma indomável e cujo espírito de luta nunca sucumbiu. A morte física talvez o tenha impedido de ler todas as obras que faziam parte de sua volumosa biblioteca e de realizar outros sonhos, mas há de esculpir para sempre em nossas lembranças o perfil de um magistrado trabalhador, de um ser quase etéreo no exercício de suas funções judicantes e pleno de bondade e de fé, com a essência alada. Alada sim, Desembargador, porque, por fazer parte de sua assessoria, pude finalmente entender o que Victor Hugo quis transmitir à humanidade quando disse: “A alma tem ilusões, como o pássaro tem asas e é isso que a sustenta”. A sua alma tinha e ainda tem asas, e mais além, trouxe-nos ideais vigorosos de um vencedor, o qual serve de espelho para todos nós, operadores do Direito.

Se eu fosse enumerar e contar aqui os seus feitos, falaria incansavelmente por toda a posteridade. Mas não quero resumir minha mensagem a uma simples lembrança ao homenageado. Quero eternizar a sua herança de fé, de esperança, de caridade e generosidade. Quero lhe dizer até breve, porque sei que ainda haveremos de nos encontrar, a cada vez que me deparar com alguém que o conheceu e que sabe como o senhor foi especial nesta nossa vida terrena. Quero lhe dizer obrigado, pela sua dedicação e carinho. Obrigado por me ensinar o que é ser humano e o que é viver na retidão. Obrigado por me deixar na mente

o mesmo saber vibrante, característico dos seus ensinamentos, que hoje procuro modestamente seguir e aplicar.

O nosso adeus não foi e nem será definitivo, pois um dia nos encontraremos, aí, nos portões da imortalidade, e então, as mesmas mãos daquele que acenou a despedida, hão de abraçar, num reencontro, e que os meus passos sejam dignos da sua memória e que possam chamejar com o fogo da sua lembrança, resgatada, agora, com esta homenagem que lhe presta o Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

EMANUEL JORGE O' DE ALMEIDA
Servidor do TJE-PA

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Emanuel Jorge O' de. **Depoimento**. Belém, 2010.

BECKMANN, Clodoaldo. **A Faculdade de Direito e a Cultura Paraense**. Disponível em: <http://www.icj.ufpa.br/index.php?option=com_content&task=view&id=41&Itemid=122>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BOLETIM GERAL DA BASE AÉREA DE BELÉM. n. 147, 22 jul. 1949.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Poder Executivo, Belém, 13 mar. 1987. Caderno 2, p. 9.

LIMA, Trícia. **Profissão: parteira**. Disponível em: <<http://parir.blogspot.com/2006/12/profisso-parteira.html>>. Acesso em: 13 set. 2010.

NASCIMENTO, Keyla Cristiane do et al . A arte de partejar: experiência de cuidado das parteiras tradicionais de Envira/AM. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, Jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452009000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2010.

PARÁ. Tribunal de Justiça. **Presidente do TJE inaugurou o novo complexo do Fórum Criminal de Belém**. Disponível em: <<http://www.direito2.com.br/tjpa/2007/dez/9/presidente-do-tje-inaugurou-o-novo-complexo-do-forum-criminal>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

QUEMEL, Cláudio José. **Depoimento**. Belém, 2010.

RABELO, Jacyra Moraes. **Depoimento**. Belém, 2010.

REVISTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, Belém,
v.31, n.42, set. 1987.

_____. Belém, v.37, n.59, 1993.

SÁ, Odilson. **Belém Antiga - Faculdade de Direito do Pará - Atual OAB- PA**. Disponível em: < <http://www.panoramio.com/photo/19016901>>. Acesso em: 01 ago. 2010.

SOUSA, Lourival de J. Serejo. Filhos e irmãos de criação: parentesco por afetividade e sua repercussão no Direito Eleitoral. **Revista Paraná Eleitoral**, n.57, jul. 2005. Disponível em: <http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo_impresso.php?cod_texto=209>. Acesso em: 09 set. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Instituto de Ciências Jurídicas. **Um breve histórico**. Disponível em: <http://www.icj.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=72>. Acesso em: 14 ago. 2010.

WIKIPÉDIA. **Regime militar no Brasil: 1964–1985**. Disponível em:<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Regime_militar_no_Brasil_\(1964%E2%80%931985\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regime_militar_no_Brasil_(1964%E2%80%931985))>. Acesso em: 18 set. 2010.